

Demonstrações Financeiras

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

São Paulo - SP

Opinião adversa

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião adversa”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa

Conforme nota explicativa 1, em 24 de setembro de 2024, a Companhia assinou o 1º termo aditivo ao contrato de concessão após acionar a cláusula 1ª do contrato de concessão, originando um crédito de R\$6.160 mil, junto ao poder concedente, o qual não foi contabilizado pela Companhia de acordo com o princípio de competência. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o saldo de outorgas a pagar está apresentado a maior, no montante de R\$999 mil, enquanto o saldo de outros créditos apresentados no ativo circulante e no ativo não circulante, bem como do patrimônio líquido, estão apresentados a menor nos montantes de R\$133, mil, R\$5.893 mil e R\$7.025 mil, respectivamente; e o resultado do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$7.025 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fabio Bobis dos Santos
Contador CRC SP-244545/O

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18	952
Contas a receber	6	21	574
Impostos a recuperar		88	76
Outros créditos		12	49
Total do circulante		139	1.651
Não circulante			
Imobilizado		264	307
Intangível	7	4.424	4.657
Total do não circulante		4.688	4.964
Total do ativo		4.827	6.615
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	235	259
Partes relacionadas	9	-	186
Obrigações tributárias		75	143
Obrigações trabalhistas e previdenciária	10	350	517
Outorga variável	11	1.132	974
Adiantamento de clientes		18	-
Total do circulante		1.810	2.079
Não circulante			
Partes relacionadas	9	8.074	7.754
Obrigações tributárias		-	59
Total do não circulante		8.074	7.813
Total do passivo		9.884	9.892
Passivo a descoberto			
Capital social	12	2.689	2.689
Prejuízos acumulados		(7.746)	(5.966)
Total do passivo a descoberto		(5.057)	(3.277)
Total do passivo e passivo a descoberto		4.827	6.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	13	3.566	6.433
Custo dos serviços prestados	14	(3.164)	(4.057)
Lucro bruto		402	2.376
Despesas gerais e administrativas	14	(2.154)	(2.563)
		(2.154)	(2.563)
Resultado operacional		(1.752)	(187)
Despesas financeiras		(88)	(167)
Receitas financeiras		60	42
		(28)	(125)
Resultado antes dos impostos		(1.780)	(312)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(1.780)	(312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(1.780)	(312)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.780)</u>	<u>(312)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.689	(5.654)	(2.965)
Prejuízo do exercício	-	(312)	(312)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.689</u>	<u>(5.966)</u>	<u>(3.277)</u>
Prejuízo do exercício	-	(1.780)	(1.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.689</u>	<u>(7.746)</u>	<u>(5.057)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado antes dos impostos	(1.780)	(312)
Ajustes para conciliar o resultado antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	262	173
	<u>(1.518)</u>	<u>(139)</u>
Variação de ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	553	(10)
Outros ativos	25	49
Fornecedores	(24)	37
Partes relacionadas	134	1.580
Outros passivos	(276)	(195)
Outorgas	158	280
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(948)</u>	<u>1.602</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Adições (baixas) de imobilizado e intangível	14	(1.066)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>14</u>	<u>(1.066)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Captação (pagamento) de empréstimos	-	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(50)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(934)</u>	<u>486</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	952	466
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18	952
	<u>(934)</u>	<u>486</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia INFRA OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS CAMPOS DOS GOYTACAZES S.A. (“Concessionária ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de janeiro de 2019, e com sua sede domiciliada na Estrada Brejo Grande, S/N, no Bairro Parque Aeroporto, na cidade de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Tem como objeto social específico a prestação de serviços públicos para a operação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Bartolomeu Lizandro, conforme contrato de concessão estabelecido com a CODEMCA - Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos, assinado em 15 de fevereiro de 2019.

A concessão tem um prazo de vigência de 29 anos e seis meses, contados da data de eficácia, dia 14 de março de 2019, podendo ser prorrogada por mais 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão.

A Concessionária se obriga a pagar à Prefeitura Municipal de Campos de Goytacazes, mediante depósito em conta bancária indicada pelo Poder Concedente, a Outorga Fixa e a Outorga Variável.

A outorga fixa, decorrente da oferta realizada no leilão, corresponde a R\$1.856, a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato.

A outorga variável anual que corresponde ao montante resultante da aplicação de uma alíquota de 4% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. A Companhia deverá apresentar anualmente, até 30 de abril, o valor das receitas brutas que serão utilizadas como base de cálculo da outorga variável.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) encampação; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária; (g) Caso fortuito ou de força maior, impossibilitando a retomada do contrato; (h) denúncia ou rescisão dos Convênios de Delegação.

Em 04 de abril de 2023, foi protocolado por meio do Ofício AERO 033/2023 o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da frustração de arrecadação de receitas devido a ocorrência da pandemia do Covid-19. A administração entende que terá êxito no pleito tendo em vista que a equação econômico-financeira está prevista no contrato de concessão, bem como, é um direito constitucionalmente garantido ao contratante particular.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 24 de setembro de 2024, a Companhia assinou o 1º termo aditivo do contrato de concessão após acionar a cláusula 1ª do contrato de concessão que trata do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, resultado de ações tomadas a pedido do poder concedente, tais como, medidas de isolamento social, restringindo a circulação de pessoas, o que resultou em uma drástica redução operacional e de demanda no período de Pandemia. O montante correspondente a R\$10.785 representa o total do desequilíbrio em desfavor da concessionária, que consequentemente, obteve vantagem financeira pela não realização de investimentos obrigatórios no montante de R\$2.923 e pela ausência de pagamento das outorgas variáveis referente aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, no montante de R\$1.702. Assim, o montante de R\$ 6.160 representa o valor líquido do desequilíbrio ajustado pelo poder concedente, a título de crédito para ser utilizado no pagamento de outorga variável a partir do exercício de 2025, compreendido pelo período de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025.

Resultado das operações e situação patrimonial

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, que assume que a Companhia será capaz de cumprir com suas obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 1.780, capital circulante líquido negativo de R\$1.671 e passivo a descoberto no valor de R\$5.057.

A Administração realiza análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas, bem como do desempenho da operação e novos negócios e concluiu que inexistem riscos de liquidez no período de 12 meses após a emissão dessas demonstrações financeiras.

Em 2024, a Administração foi bem-sucedida no pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, reconhecendo um crédito de R\$ 6.160, já líquido das obrigações de outorga variável. Assim, a Administração conclui que não existem incertezas materiais identificadas que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Base de mensuração

As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos quando aplicável, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências se aplicável.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 17 de dezembro de 2025.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas vigentes exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

Classificação de circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os outros passivos são classificados como não circulantes.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo período apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças, substituídos, é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

d) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Direito de concessão

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente. A amortização desse direito é calculada de forma linear.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

d) Intangível--Continuação

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

e) Obrigações da concessão

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente outorga variável correspondente a 4% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia conforme descrito na Nota 11.

f) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

g) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

g) Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas tarifárias--Continuação

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso.

Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. O preço estipulado nos contratos relativos à receita não tarifária não é regido por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

h) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

i) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

j) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): 2,5%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Adiantamento de clientes

Ao longo do exercício social, houve entradas de recursos que não foram considerados para fins de tributação, pelo fato do repasse de informações por parte de agente que administra a cobrança das tarifas aeroportuárias ter ocorrido de forma posterior, ou seja, não houve tempo hábil para emissão de documento fiscal, fato que deverá ser regularizado no decorrer do próximo exercício.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

l) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2024, as quais foram avaliadas pela Administração e entendemos que não trazem impactos para as demonstrações financeiras:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações - em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais--Continuação

l) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade em setembro de 2024 - as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024. Correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	18	952
Contas a receber de clientes	21	574
Fornecedores	235	259
Partes relacionadas - passivo	8.074	7.940
Compromisso com poder concedente	1.132	974

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

iii) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	3	-
Aplicações financeiras	15	952
	<u>18</u>	<u>952</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 99,2% e 99,5%. Estas aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa.

6. Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tarifária	57	574
(-) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(36)	-
	<u>21</u>	<u>574</u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	10	-
Vencidas de 1 a 30 dias	1	406
Vencidas de 31 a 60 dias	-	103
Vencidas de 61 a 90 dias	-	5
Mais de 91 dias	46	60
	<u>57</u>	<u>574</u>

Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo 1° de janeiro	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(36)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(36)</u>	<u>-</u>

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Composição do ativo intangível

2024				
Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquida	
Direito de outorga	4%	1.856	(373)	1.483
Intangível ICPC 01 (R1) - Benfeitorias	4%	3.511	(570)	2.941
		5.367	(943)	4.424

2023				
Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquida	
Direito de outorga	4%	1.856	(309)	1.547
Intangível ICPC 01 (R1) - Benfeitorias	4%	3.510	(400)	3.110
		5.366	(709)	4.657

Movimentação do ativo intangível

	Direito de outorga	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.610	2.121	3.731
Adições	-	1.130	1.130
Amortização	(63)	(141)	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.547	3.110	4.657
Adições	-	1	1
Amortização	(64)	(170)	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.483	2.941	4.424

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores, no montante de R\$235 em 31 de dezembro de 2023 (R\$259 em 2023), refere-se a fornecedores nacionais e substancialmente serviços destinados as benfeitorias realizadas na infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Bartolomeu Lizandro.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, provenientes de operações de mútuos conforme apresentado abaixo.

Transações e saldos

Os saldos das operações com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Partes relacionadas	2023	Movimento do ano	2024
Infra Gás e Energia S.A.	120	(120)	-
Base Combustível S.A.	65	(65)	-
Infra Op. Aerop. Farol De São Tomé	1	(1)	-
Passivo circulante	186	(186)	-
Infra S.A. Investimentos e Serviços	7.754	320	8.074
Passivo não circulante	7.754	320	8.074

Partes relacionadas	2022	Movimento do ano	2023
Infra S.A. Investimentos e Serviços	3	(3)	-
Infra Gás e Energia S.A.	120	-	120
Base Combustível S.A.	-	65	65
Infra Op. Aerop. Farol De São Tomé	-	1	1
Passivo circulante	123	63	186
Infra Oper. Aerop. Farol de São Tomé	66	(66)	-
Infra S.A. Investimentos e Serviços	6.171	1.583	7.754
Passivo não circulante	6.237	1.517	7.754

10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2024	2023
Salários a recolher	41	91
Pró-Labore	1	29
Encargos a recolher	32	89
Provisões (férias e 13º salário)	276	308
	350	517

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contrato de concessão

De acordo com o contrato de concessão, a Concessionária tem como obrigação junto ao Poder Concedente, pagamentos relativos à outorga variável.

A Concessionária deve recolher anualmente ao Poder Concedente o pagamento da outorga variável que corresponde ao montante resultante da aplicação da alíquota de 4% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias. Como resultado do aditivo mencionado na nota explicativa 1, a Companhia recebeu um crédito no montante de R\$6.160 a ser utilizado para pagamento das outorgas variáveis a partir do exercício de 2025 que compreende o período de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo reconhecido como outorga variável foi de R\$1.132 (R\$974 em 2023).

12. Passivo a descoberto

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$2.689, equivalentes a 2.689.309 ações ordinárias nominativas, emitidas pelo preço de R\$1,00 cada ação. Foram subscritos um montante de R\$2.689, tendo sido integralizado dentro do prazo que determina o contrato de concessão.

	<u>Ações em 2024 e 2023</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Infra S.A.	2.689	100

Dividendos

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social e por deliberação de Assembleia Geral. Em 2024, a Companhia não distribuiu dividendos, uma vez que apurou prejuízo.

Reservas

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024, portanto, não constituiu reserva legal, conforme previsto na Lei 6.404/76 e estatuto.

Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita tarifária	3.960	5.675
Receita não tarifária	-	1.428
(-) PIS / COFINS	(361)	(648)
(-) ISS	(32)	(22)
	<u>3.566</u>	<u>6.433</u>

14. Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo dos serviços prestados	3.164	4.057
Despesas gerais e administrativas	2.154	2.563
	<u>5.318</u>	<u>6.620</u>
Aluguéis e locações	171	242
Outorga variável	158	280
Amortização outorga fixa	63	63
Despesa com salários e encargos	2.573	3.299
Depreciações e amortizações	199	173
Energia elétrica	91	343
Água e esgoto	138	53
Arquitetura e engenharia	104	209
Material de uso e consumo	80	316
Advogados	79	34
Serviços de consultoria	339	453
Serviços de terceiros	756	752
Outros	567	403
	<u>5.318</u>	<u>6.620</u>

15. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente contribuições a receber, aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, fornecedores e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.